

Dívida pública será pouco afetada

CARLOS FRANCO

O impacto da redução das taxas de juros, de 34,5% para 28% ao ano, sobre a dívida pública em poder do mercado financeiro, estimada em R\$ 160 bilhões, atingirá de imediato apenas um terço desse montante. Ou seja, cerca de R\$ 53 bilhões. A afirmação é do ex-diretor da dívida pública do Banco Central e professor do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmec) Carlos

Thadeu de Freitas Gomes. Esta parcela, explica o economista, é aquela indexada às taxas de juros diárias, onde estão incluídos papéis lançados pelo governo para securitizar dívidas estaduais, como as do Banespa e do Banerj.

Segundo Freitas Gomes, o movimento mais importante a ser acompanhado, a partir de agora, é se os mais de 1/3 desta dívida, que é pré-fixada, terão alteração nos prazos, encurtados depois da crise asiática. "Grande parte

deste estoque vence neste primeiro semestre, portanto, a atenção está voltada para se o governo vai renovar os papéis a prazos curtos ou mais longos".

Freitas Gomes disse que o mercado aceitaria prazos mais longos, mas este seria um risco para o governo se este optar por nova redução nas taxas no próximo dia 15 de abril, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne novamente. "Aí, teríamos papéis renegociados a um prazo e taxas de ju-

ros maiores. O mercado adoraria". Por sua vez, se houver necessidade de nova elevação, o que o economista não acredita, o mercado perderia na operação.

Já sobre um estoque de menos de 1/3 da dívida pública composto de papéis pós-fixados, em grande parte pela variação cambial, a redução dos juros não terá nenhum impacto. Freitas Gomes não acredita que o governo, que preservou a política cambial, tomará uma decisão diferente neste momento.